

## Câmara Municipal de Ilha Comprida

## AUTÓGRAFO Nº 118/2024 (Projeto de Lei nº 122/2024)

"DISPÕE SOBRE A **OBRIGATORIEDADE** DE **AFIXAR PLACAS**  $\mathbf{OU}$ **CARTAZES** COM INFORMAÇÕES SOBRE OS HORÁRIOS ÔNIBUS NOS **TERMINAIS** DE COLETIVOS E PONTOS DE ORIGEM E DESTINO DE CADA LINHA, EM LOCAL **ACESSO** FÁCIL BOA DE E VISUALIZAÇÃO, E DÁ **OUTRAS** PROVIDÊNCIAS".

**Fábio Rogério Tonon**, Presidente da Câmara Municipal de Ilha Comprida/SP, no uso das atribuições legais e com fulcro no dispositivo no inciso V do artigo 26 da Lei Orgânica do Município, <u>FAZ SABER</u>, que a Câmara Municipal em sua 38ª Sessão Ordinária, realizada em 26 de novembro de 2.024, aprovou por sete votos favoráveis, o Projeto de Lei nº 122/2024, de autoria do Nobre Vereador Rogério Lopes Revitti, com a seguinte redação:

- Art.1 º Nos terminais, dentro dos coletivos e em todos os pontos de origem e destino de cada linha de ônibus serão afixadas placas com os horários e itinerários dos ônibus do transporte urbano no município de Ilha Comprida.
- Parágrafo Único: Considera-se "coletivos", os veículos de transporte dos passageiros; e considera-se "pontos", de origem e/ou destino, os locais destinados ao embarque e desembarque dos passageiros.
- Art. 2º As placas devem ser padronizadas e específicas para esta sinalização, além de conter um número de disque denúncia disponível para a população denunciar em caso de descumprimento dos horários.
- §1 As placas devem ser afixadas nos pontos finais de origem e destino de cada linha.
- §2 Cabe ao Poder Executivo afixar as placas nos terminais, salvo o disposto no Art. 3, Parágrafo Único, da presente Lei.
- Art. 3º Cada empresa concessionária e permissionária do serviço de transporte coletivo urbano é responsável pelo cumprimento desta Lei nos trajetos em que é responsável.
- Parágrafo Único: Fica a empresa concessionária e permissionária, cuja responsabilidade é pela gestão e administração do terminal, obrigada a afixar as placas em locais visíveis aos passageiros.
- Art. 4º As empresas concessionárias e permissionárias têm o prazo de 60 (sessenta) dias para cumprirem esta Lei.



## Câmara Municipal de Ilha Comprida

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Fábio Rogério Tonon Presidente da Câmara